

**4ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE BRAGANÇA PAULISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

O Exmo. Sr. Dr. **RODRIGO SETTE CARVALHO**, Juiz de Direito da **4ª Vara Cível do Foro da Comarca de Bragança Paulista do Estado de São Paulo**, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO**, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da **Gestora Picelli Leilões**, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico [www.picellileiloes.com.br](http://www.picellileiloes.com.br), ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

**Processo n.º 1002757-75.2022.8.26.0099**

**EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Exequente: TSC NOVE SHOPPING CENTER S.A., inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.263.548/0001-27, por seu representante legal.

Executado: LC SHOES BAGS EIRELI (Nome Fantasia: Miroa), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 27.465.580/0001-49, por seu representante legal LUIZ ANTONIO CAMARGO, inscrito no CPF/MF 385.577.979-15, e demais coobrigados.

**Interessados:**

- SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ/MF 46.377.222/0001-29, por seu representante legal.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 15.519.361/0001-16, por seu representante legal.
- Processo n.º 1015200-66.2021.8.26.0625, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Taubaté.
- Processo n.º 1000323-93.2023.8.26.0450, em trâmite perante a 2ª Vara de Piracaia.
- Processo n.º 1048489-68.2021.8.26.0114, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de Campinas.
- Processo 1001635-39.2023.5.02.0607, em trâmite perante a 7ª Vara do Trabalho da Zona Leste.

**DO CERTAME:**

**1ª Praça:** Iniciará no dia **22/07/2024** às 17h40min e encerrará no dia **25/07/2024** às 17h40min

**LOTE ÚNICO:**

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 178.565,00 (cento e setenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco mil reais)**

**LOTE 01:**

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 54.617,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e dezessete reais) para junho de 2024**

**LOTE 02:**

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 123.948,00 (cento e vinte e três mil novecentos e quarenta e oito reais) para junho de 2024**

Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

**2ª Praça:** Iniciará no dia **25/07/2024** às 17h40min e encerrará no dia **22/08/2024** às 17h40min horas.

**LOTE ÚNICO:**

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 89.282,50 (oitenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)**, que corresponde a 50% do valor da avaliação de junho de 2024

**LOTE 01:**

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 27.308,50 (vinte e sete mil trezentos e oito reais e cinquenta centavos)**, que corresponde a 50% do valor da avaliação de junho de 2024

**LOTE 02:**

**DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 61.974,00 (sessenta e um mil novecentos e setenta e quatro reais centavos)** que corresponde a 50% do valor da avaliação de junho de 2024

### **DA DESCRIÇÃO DO BEM:**

- **LOTE ÚNICO: JUNÇÃO DOS LOTES 01 E 02.**

Valor total: R\$ 159.886,00 (cento e cinquenta e nove mil oitocentos e oitenta e seis reais)

- **LOTE 01: MARCA/MODELO I/RENAULT FLUENCE DYN PL – ano 2017/ ano fabricação 2016 – PYS-0849, município de Piracaia, Chassi: 8A1LZLH0THL454946, Renavam: 01103490610, motor m4t753n455777, cor: preta, combustível: álcool e gasolina.**

Avaliado em R\$ 54.617,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e dezessete reais) para junho de 2024 – conforme decisão de fls. 612/615

- **LOTE 02: MARCA/MODELO RENAULT/MASTER FUR L1H1 – ano modelo 2014/ ano fabricação 2013 – AKN-5999, município de Piracaia, Chassi: 93YMAF4MAEJ589626, Renavam: 00533440971.**

Avaliado em R\$ 123.948,00 (cento e vinte e três mil novecentos e quarenta e oito reais) para junho de 2024 – conforme decisão de fls. 612/615

**A venda do lote único será preferencial, ASSIM, acaso haja o recebimento de lance no referido lote, a disputa nos demais lotes serão automaticamente desclassificadas, nos termos do artigo 893 CPC.**

Os bens podem ser localizados a Avenida Beira Rio nº 526, Galpão, Piracaia-SP, CEP: 12.970-000 (sede da empresa executada) DEPOSITARIO: LC SHOES BAGS EIRELI – CNPJ 27.465.580/0001-49, por seu representante legal

**DO ONUS:** Consta Restrição Renaud – transferência do processo em epígrafe fls. 476. Consta Penhora fls. 458 datada de 14 de dezembro de 2023. Em consulta ao *website* do portal SENATRAN, consta **RESTRICÇÃO RENAJUD TRANSFERENCIA** vinculados a ambos os veículos: **Processo n.º 1015200-66.2021.8.26.0625**, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Taubaté, **Processo n.º 1000323-93.2023.8.26.0450**, em trâmite perante a 2ª Vara de Piracaia, **Processo n.º 1048489-68.2021.8.26.0114**, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de Campinas, **Processo 1001635-39.2023.5.02.0607**, em trâmite perante a 7ª Vara do Trabalho da Zona Leste.

**Em relação à placa AKN5999, consta RESTRICÇÃO DE CIRCULAÇÃO** expedida pelos autos de n.º 1015200-66.2021.8.26.0625, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Taubaté.

Em consulta ao *website* da **SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**, o veículo de placa PYS0849, município de Piracaia, possui o importe total de R\$ 2.900,16 (dois mil, novecentos e dezesseis reais) referente a débitos relativos a TAXAS MULTAS E IPVA 2024. O veículo placa AKN5999, município de Piracaia, possui o importe total de R\$ 10.006,28 (dez mil e seis reais e vinte e oito centavos) referente a débitos relativos a MULTAS, TAXAS IPVA 2023 E 2024.

Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento. Os bens podem ser encontrados nos locais indicados nas suas descrições e serão alienados no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça Estadual ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem e transporte daqueles arrematados, sendo ônus do arrematante a

referida responsabilidade. A arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade, não cabe alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos licitantes verificarem o estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos em leilão. Houve due diligence e este leiloeiro constatou após consulta no TRT2 e TRT15 há **processo trabalhista** em trâmite em face ao executado.

**O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.** No que tange aos débitos, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do **REsp 807455/RS de relatoria da ilustre Min. Eliana Calmon, bem como do REsp nº 905208/SP, cujo relator foi o eminente Min. Humberto Gomes de Barros**, assim, respectivamente, ementados:- “EXECUÇÃO. ARREMATAÇÃO. ADJUDICAÇÃO. CREDOR. ÔNUS RECAÍDOS SOBRE O BEM. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. (CTN - ART. 130, parágrafo único). I - **O credor que arremata veículo em relação ao qual pendia débito de IPVA não responde pelo tributo em atraso. O crédito proveniente do IPVA subroga-se no preço pago pelo arrematante. Alcance do Art.130, parágrafo único, do CTN.** II - Se, entretanto, o bem foi adjudicado ao credor, é encargo deste, depositar o valor correspondente ao débito por IPVA.” (sem grifo no original) – “TRIBUTÁRIO - ARREMATAÇÃO JUDICIAL DE VEÍCULO - DÉBITO DE IPVA - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - CTN, ART. 130, PARÁGRAFO ÚNICO. 1. A arrematação de bem em hasta pública é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem. 2. **Os débitos anteriores à arrematação subrogam-se no preço da hasta. Aplicação do artigo 130, § único do CTN, em interpretação que se estende aos bens móveis e semoventes.** 3. Por falta de prequestionamento, não se pode examinar a alegada violação ao disposto no art. 131, § 2º, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro). 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.” (grifo nosso)

As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade

**DO DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 701.099,70 (setecentos e um mil, noventa e nove reais e setenta centavos) janeiro de 2024 - fls. 499.**

**DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor [www.picellileiloes.com.br](http://www.picellileiloes.com.br), [www.publicjud.com.br](http://www.publicjud.com.br) em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

**DO CONDUTOR DO LEILÃO:** O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico [www.picellileiloes.com.br](http://www.picellileiloes.com.br), no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

**DOS LANCES:** Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal [http://www.picellileiloes.com.br/](http://www.picellileiloes.com.br). **FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado**, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

**À VISTA:** O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

**PARCELADO:** O interessado deverá apresentar **proposta por escrito através do endereço eletrônico: contato@picellileiloes.com.br, até o início do leilão** que deverá indicar o sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe, consubstanciado no artigo 1.489, V do Código Civil. **A apresentação de proposta não suspende o leilão** (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. **Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e**

**comissão já depositadas, voltando os bens ao novo leilão**, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. **Conforme hodierna jurisprudência será aceito proposta no curso do leilão:** “Agravado de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. **Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895.** Arrematação de imóvel que, por outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.” (Agravado de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.). **Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.**

**ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e §3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada, que não será considerada despesa processual para fins de ressarcimento pelo executado.

**LANCE CONDICIONAL:** Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão dos documentos em caso de aceitação.

**DA COMISSÃO:** Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de **5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)**

§ 1º Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese de desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.

§ 2º Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.

§ 3º Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para [juridico@picellileiloes.com.br](mailto:juridico@picellileiloes.com.br)

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ, e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

**Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.**

Jaguariúna, 16 de julho de 2024.

**Rodrigo Sette Carvalho**  
Juiz de Direito

**Joel Augusto Picelli Filho**  
Leiloeiro Oficial – JUCESP n.º 754